



EDITAL DE CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA Nº 017/2025

Processo nº: 2025/2577

Interessado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Critério de julgamento: Menor preço global / Modo de disputa: Aberto

Data e Hora da abertura da sessão: 09 de junho de 2025, às 08h30min.

Limite para envio das propostas: 08h29min da mesma data.

Licitação Ampla Concorrência

A Prefeitura Municipal Taquara/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Tristão Monteiro, nº 1278, inscrita no CNPJ sob n. 97.761.407/0001-73, representada neste ato pela Excelentíssima Prefeita Municipal, a Senhora **SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA**, torna público para conhecimento dos interessados que, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, encontra-se aberta licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14133/2021 e suas alterações posteriores, bem como Decreto Municipal sob nº 005/2024 e demais legislações complementares aplicáveis, e este edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cozinheiros nas Escolas Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, Planilha Orçamentária e demais documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte que seguem em anexo a este instrumento convocatório.

1.2. O Edital e demais documentos, encontram-se disponíveis no site do Município de Taquara/RS (aba Empresas/Consulta Licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br, na página do TCE-RS – LicitaCon Cidadão e PNCP.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam as exigências do presente edital, que possuam objeto social pertinente e compatível ao objeto licitado, e estiverem devida e previamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. Como requisito para participação na concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital.

2.3. Por constituir responsabilidade exclusiva do licitante as transações efetuadas em seu nome, assume como verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou através de representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

- 2.4. Constitui responsabilidade exclusiva do cadastrado a conferência quanto à exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1, bem como a manutenção dos mesmos atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo adotar as providências necessárias à regularização, de forma imediata, caso seja constatada eventual incorreção ou desatualização.
- 2.5. A não observância e atendimento ao item 2.4 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. A obtenção do benefício de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica restrita às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.8. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da CF e na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 2.9. Constituem **impedimentos** à participação direta ou indireta da presente licitação:
- a) O não atendimento pelo interessado aos requisitos do edital e seus anexos;
 - b) Estar sob processo de falência;
 - c) Ter sido declarada inidônea pelo Município de Taquara/RS ou por outro órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições de impedimento, ou cujos diretores, sócio ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido declarada inidônea, garantidos o contraditório e a ampla defesa, na segunda hipótese;
 - d) A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Taquara/RS, no prazo e nas condições de impedimento, cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;
 - e) Estar enquadrado(a) em qualquer vedação do artigo 14 da Lei nº 14133/21, quais sejam:
- I. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, equiparando-se a autor do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

- III. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição à outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ato ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VI. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflitos de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- g) Não poderão participar da licitação OSCIP'S atuando nessa condição;
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "f" e "g" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. O disposto nos itens "f" e "g" não impedem a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução, nos termos do artigo 14, § 4º da Lei nº 14133/21.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será posterior às fases de apresentação de propostas e lances.
- 3.1.1. Após a fase de negociação, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas ao licitante vencedor para o envio dos documentos de habilitação, junto da proposta readequada, conforme dispõe o art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021.
- 3.2. A proposta deverá ser apresentada até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, com a descrição detalhada do objeto



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ofertado e o preço ou percentual de desconto, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campos próprios no sistema.

3.3. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

3.3.1. Valor unitário e total ou desconto para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, duas casas decimais após a vírgula;

3.3.2. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da abertura da sessão eletrônica da Concorrência.

3.3.3. **Fica estabelecido como PREÇO MÁXIMO para as propostas apresentadas referentes a esta licitação o valor global de R\$ 3.390.063,60 (três milhões, trezentos e noventa mil e sessenta e três reais e sessenta centavos), tudo conforme especificações do Termo de Referência e Planilhas de custos.**

3.3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

3.4. O interessado poderá retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. A apresentação da proposta de preços implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

3.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na fase de lances, é de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de requerer qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou outra razão;

3.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre com todas as **Declarações on line**:

3.9. Declarações falsas relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na Lei nº 14133/21 e neste Edital.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:

4.1. A partir do horário previsto no edital, na data e local indicados, a sessão pública será aberta automaticamente, por meio de sistema eletrônico.

4.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou documentos de habilitação, quando for o caso;

4.3. É facultado ao agente de contratação analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.

4.4. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo sistema.

4.5. Serão desclassificadas as propostas:

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e demais condições fixadas neste edital e seus anexos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

- b) Apresentar qualquer outra inconformidade/incompatibilidade com as condições do edital e seus anexos;
 - c) Conter vícios insanáveis;
 - d) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
 - e) Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
 - f) Não tiverem a exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.6. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 4.7. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 4.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo agente de contratação, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 4.9. Classificadas as propostas, o agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.10. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, consignando-se que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.11. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 4.12. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.13. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, em caso de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.14. Caso o sistema eletrônico se desconecte no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.15. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão promotor da licitação, a sessão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.16. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa estabelecido.

5. MODO DE DISPUTA ABERTO:

- 5.1. Será adotado o modo de disputa aberto, os lances serão apresentados de forma pública e sucessiva, com prorrogações.
- 5.2. Fica definido o prazo de disputa de 10 (dez) minutos por item, com prorrogação automática de 10 (dez) minutos randômicos, quando houver lance nos últimos 02 minutos.
- 5.3. A prorrogação será de 02 minutos, e será sucessiva quando houver lances neste período;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

5.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem final de classificação.

5.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação àquela classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o agente de contratação e sua equipe de apoio poderão admitir o reinício da disputa aberta, para definição das melhores colocações.

5.6. Em caso de reinício, os licitantes serão convocados para apresentação de lances intermediários, facultada a manutenção do último lance.

5.7. Na hipótese de eventual empate entre propostas ou lances, depois de observada a possibilidade de aplicação do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 combinado com o artigo 4º da Lei nº 14.133/2021, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/21;

5.8. Encerrada a etapa de envio de lances, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.9. Se mesmo após a negociação o valor da proposta do primeiro colocado permanecer superior ao preço máximo definido pela Administração, poderão ser chamados, na ordem de classificação e sucessivamente, os demais classificados, com que será realizada negociação.

5.10. As negociações serão realizadas através do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, que igualmente terão acesso ao resultado.

5.11. Concluídos os procedimentos, o agente de contratação dará início à fase de julgamento.

6. DO JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação exigidas, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e edital e seus anexos, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros, em nome da licitante e do sócio majoritário:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Cadastro de Empresas Punidas, acessível através do endereço:
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. O conteúdo e a conformidade dos documentos apresentados com aqueles exigidos serão objeto de análise pelo agente de contratação e sua equipe de apoio e anexados aos autos do processo;

6.3. Caso seja constatada alguma situação impeditiva indireta de participação, o Agente de contratação diligenciará para verificar a ocorrência de fraude, o que será possível através da análise de vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros, sendo facultada a manifestação do licitante antes de eventual desclassificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

- 6.4. Se após as diligências, constatada existência de sanção, o licitante será inabilitado, por não atendimento às condições de participação ou, se não for constatado impedimento, passará ao procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso os documentos apresentados estejam em desacordo com as exigências do edital, será inabilitada;
- 6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha utilizado de algum dos benefícios direcionados à ME/EPP, o agente de contratação verificará o enquadramento;
- 6.6.1. Caso seja evidenciada alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal de ME, EPP ou Cooperativa, que preencham os requisitos legais de enquadramento, o que deverá ser verificado pelo agente de contratação, a sessão será suspensa, sendo concedido o prazo de 05 dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, possibilitando, após o prazo, a retomada.
- 6.7. Em caso de inabilitação da licitante classificada em primeiro lugar, com a melhor proposta, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando se é aceitável e atende as condições e procedendo habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que obtenha proposta ou lance que atenda integralmente às exigências do edital;
- 6.8. Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento das propostas e do licitante mais bem classificado, salvo quando houver a inversão de fases, quando, então, os documentos de habilitação poderão ser solicitados concomitantemente à apresentação de propostas;
- 6.9. Serão motivos de desclassificação das propostas:
- 6.9.1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e demais condições fixadas neste edital e seus anexos;
- 6.9.2. Apresentar qualquer outra inconformidade/incompatibilidade com as condições do edital e seus anexos;
- 6.9.3. Conter vícios insanáveis;
- 6.9.4. Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- 6.9.5. Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 6.9.6. Não tiverem a exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.10. A declaração de inexequibilidade só ocorrerá se, após diligência do agente de contratação, restar comprovado que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta ou que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, sendo, em todos os casos, assegurada a manifestação do licitante;
- 6.11. Presume-se inexequível a proposta cujo valor for inferior a 75% do valor orçado pela Administração;
- 6.11.1. A demonstração da exequibilidade da proposta cujo valor for inferior a 75% do valor orçado pela Administração é ônus da licitante que a subscrever, sendo que, em caso de não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

comprovação ou até mesmo de dúvidas acerca da alegada exequibilidade, caberá a desclassificação desta.

6.12. Do vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração será exigida garantia adicional, correspondente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis previstas em lei;

6.13. Caso a Administração tenha elaborado planilha de custos e formação de preços decompondo o custo global estimado em custos unitários, o licitante deverá apresentar planilha por ele elaborada, com os valores adequados ao final da proposta, sob pena de não aceitação da mesma;

6.14. Vícios sanáveis no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação da proposta, podendo o interessado proceder aos ajustes desde que limitados a sanar erros ou falhas, e que não haja alteração na substância da proposta, observado o prazo indicado pelo sistema;

6.15. Sempre que necessário, poderá ser solicitada manifestação do setor competente quanto à adequação do objeto às necessidades e condições exigidas.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. A habilitação do vencedor será verificada mediante a apresentação dos documentos indicados, aptos a demonstrar a capacidade do licitante em cumprir o objeto, em conjunto com os documentos que comprovem sua regularidade fiscal, jurídica, social, trabalhista e econômico financeira.

7.2. Os documentos relativos à habilitação serão apresentados apenas pelo vencedor, na forma do item 3.1.1. deste Edital;

7.3. Em qualquer caso, os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos apenas do vencedor, e somente após o julgamento das propostas, nos termos do artigo 63, III, da Lei nº 14133/21.

7.4. A documentação referente à comprovação de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico – financeira, poderá ser substituída pelo registro regular no SICAF;

7.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante a obrigação quanto à conferência de seus dados cadastrais no SICAF, bem como de mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo adotar as medidas necessárias, de forma imediata, no sentido de corrigir qualquer erro ou desatualização porventura constatada, sob pena de inabilitação.

7.6. A verificação pelo Agente de contratação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.7. Os documentos em formato físico, poderão ser exigidos em caso de apresentação de documentos digitais não originais quando houver dúvida em relação à integridade do mesmo, ou quando a lei exigir, quando, então poderão ser apresentados em formato original ou cópia autenticada.

7.8. Os documentos exigidos porventura não contemplados no SICAF deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de 24 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.



7.9. O licitante deverá obrigatoriamente apresentar declarações conforme ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/21.

7.10. Além dos documentos referidos no termo de referência e das declarações conforme item 7.9, a habilitação ocorrerá após análise dos documentos a seguir:

7.10.1. Habilitação jurídica:

I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações se houver, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

7.10.2. Regularidade Fiscal:

- I. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- II. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- III. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- IV. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- V. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.10.3. Qualificação econômica - financeira:

- a) Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data da emissão do documento.
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida no ano corrente OU Declaração de Enquadramento como ME/EPP, se for o caso;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios financeiros.
- d) Para a comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

LC = $\frac{AC}{PC}$ igual ou superior a 1,0

LG = $\frac{AC + ARLP}{PC + PNC}$ igual ou superior a 1,0



SG = **AT** igual ou superior a 1,0

PC + **PNC**

Legenda:

LC = Liquidez Corrente

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AC = Ativo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

PC = Passivo Circulante

SG = Solvência Geral

LG = Liquidez Geral

AT = Ativo Total

d.1) Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices - econômicos previstos no edital.

d.2) É vedada a substituição do balanço ou balancete ou balanço provisório

e) Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.10.4. Qualificação técnica:

a) Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

NOTA IMPORTANTE:

1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 05 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 64, parágrafo 2º da Lei nº. 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 92, inciso XVI c/c artigo 137, I, da Lei nº. 14.133/2021.

1.3. Havendo, por parte dos Órgãos Diretivos das entidades governamentais grevistas, normatização sobre o procedimento a ser adotado em relação aos documentos por elas expedidos, somente será aceita documentação que estiver atendendo aos dispositivos da respectiva normatização.

1.4 Os documentos constantes do item 6, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município ou extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

1.5 Todos os documentos apresentados e emitidos via internet serão conferidos pelo agente de contratação e sua equipe.

1.6. Todos os documentos exigidos deverão estar em vigor, ou seja, dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, sendo que aqueles que não tiverem expresse no mesmo o prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias.

1.7. Em caso de indisponibilidade dos meios eletrônicos, é permitido à Administração solicitar ao licitante o envio da documentação necessária, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão fundamentada;

1.8. O agente de contratação informará os demais licitantes, através de aviso disponibilizado via chat, a empresa habilitada pelo atendimento às condições estabelecidas no edital e seus anexos;

1.9. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. É facultado ao agente de contratação a verificação de sua autenticidade através de consulta on-line. Os demais documentos deverão ser apresentados em cópia autenticada, podendo ser autenticação digital, em cartório ou realizado por servidor da Administração Municipal.

1.10. Após a apresentação dos documentos de habilitação não será admitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informação referente a documentos já apresentados e desde que essenciais para apurar fatos existentes quando da abertura do certame, e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta;

1.11. A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, e se assim o caso exigir, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta e sua validade jurídica, mediante decisão motivada, atribuindo eficácia para fins de habilitação, sendo disponibilizada a todos os interessados.

1.12. Caso a documentação esteja completa e atenda às exigências legais e do edital e seus anexos, o agente de contratação considerará a proponente habilitada e vencedora da licitação.

8. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS:

8.1. A interposição referente ao julgamento, habilitação, inabilitação, anulação ou revogação da licitação obedecerão ao disposto no artigo 165 da Lei nº 14133/21.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

8.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de concorrência, por meio eletrônico, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sendo decidida pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO de forma motivada, no mesmo prazo, contado do recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à abertura da sessão e publicada no endereço eletrônico oficial.

8.3. Caso do eventual acolhimento da impugnação decorra a necessidade de alteração do edital de forma a afetar a formulação de propostas pelos interessados, será designada nova data para realização da sessão.

8.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão do direito, podendo a autoridade superior adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, que poderá reconsiderar a decisão no prazo de 03 dias úteis, ou, no mesmo prazo, proceder ao encaminhamento do recurso à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo de 10 dias úteis, contados do recebimento dos autos.

8.5.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.6. Tanto o pedido de reconsideração quanto o recurso terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14133/21.

8.7. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição de recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.8. O acolhimento do recurso ocasiona a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

9. DAS PENALIDADES:

9.1. As penalidades e procedimentos passíveis de aplicação são aqueles descritos nos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14133/21 e somente deixarão de ser aplicadas caso exista comprovação nos autos da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento de obrigação e/ou caso o setor requisitante informe documentalmente que o ocorrido derivou de fato imputável exclusivamente à Administração;

9.2. Poderá ficar impedido de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 03 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II. dar causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

-
- III. não entregar a documentação exigida no edital;
- IV. não manter a proposta;
- V. não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.3. Poderá ser declarado inidôneo para licitar ou contratar, pelo prazo de até 05 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.4. As penalidades previstas no item anterior poderão ainda ser aplicadas às infrações descritas no item 8.2, caso a situação justifique a aplicação de penalidade mais grave do que aquela prevista no referido item correspondente.
- 9.5. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços e da rescisão do Contrato ou instrumento equivalente.
- 9.6. A penalidade de advertência será aplicada ao licitante que der causa à inexecução parcial do contrato, quando a situação não exigir imposição de penalidade mais grave.
- 9.7. A penalidade de multa, calculada na forma do edital, poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14133/21.
- 9.8. No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.
- 9.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do MUNICÍPIO.
- 9.10. A aplicação das penalidades previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 9.11. Da intenção de aplicação de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157 da Lei nº 14133/21;
- 9.12. A aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14133/21, exige a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observadas as disposições do artigo 158 da Lei nº 14133/21;

9.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento para licitar ou contratar, previstas nos incisos I, II, e III do artigo 156, da Lei nº 14133/21, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, que deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.14. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV, do artigo 156, da Lei nº 14133/21, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.15. Não serão conhecidos recursos enviados pelos correios, fax, correio eletrônico ou outro meio de comunicação se, no prazo estipulado, o documento original não tiver sido protocolado junto ao setor competente.

9.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro da empresa, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

10. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

10.1. Após o encerramento das fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, caberá à autoridade superior a adjudicação e homologação do certame, observando as disposições do artigo 71 da Lei nº 14133/21;

10.2. Nos termos do artigo 90 da Lei mencionada no item anterior, a Administração convocará o licitante vencedor, através do e-mail indicado na proposta, para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis justificadamente e desde que aceito pela Administração (art. 90, §1ª), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. O presente edital e seus anexos permanecerão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), compraspublicas.com.br;

11.2. Dúvidas ou pedido de esclarecimento, bem como, as impugnações, deverão ser realizados por meio do sistema eletrônico, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

11.3. Outras informações deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Taquara, Seção de Licitações, sito na Rua Tristão Monteiro, 1278, 3º andar, pelo telefone (51)3541-9200,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ramais 246 e 281, ou pelos e-mails compras3@taquara.rs.gov.br e compras10@taquara.rs.gov.br, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura da sessão.

11.4. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação à presente Concorrência encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Portal de Compras Públicas.

11.5. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

11.6. Para fins de aplicação das penalidades constantes no item 07 do presente edital, o lance é considerado proposta.

11.7. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, por motivos de conveniência ou oportunidade, devendo anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de despacho fundamentado (art. 71 da Lei nº 14133/21).

11.8. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

11.9. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Taquara, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

11.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.11. O agente de contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. O agente de contratação poderá solicitar quaisquer documentos que achar necessários para o melhor julgamento da proposta vencedora, de maneira transparente e sempre utilizando o chat disponível pelo portal, ficando visível a todos os licitantes.

11.13. As normas que regulamentam a presente licitação serão interpretadas a favor da ampliação da disputa e com base no formalismo moderado, assegurada igualdade de condições entre os participantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação pretendida.

11.14. Os licitantes se responsabilizam exclusivamente pelas informações prestadas e documentos apresentados em qualquer fase do certame, cabendo a estes manter atualizados os cadastrados e em vigor as documentações e certidões exigidas ou proceder imediatamente falhas ou incorreções tão logo constatadas.

11.15. Os licitantes deverão manter, durante toda a execução do contrato, as condições de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

habilitação e qualificação exigidas de acordo com a lei, o edital e seus anexos, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

11.16. A complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que versem sobre fatos existentes à época da abertura da licitação, bem como a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data do recebimento das propostas será admitida em diligência a ser realizada pelo agente de contratação, e desde que observados os termos do artigo 64 da Lei nº 14133/21;

11.17. Casos omissos, eventuais dúvidas quanto à adequação do objeto, documentação, dentre outras questões técnicas, serão resolvidas pelo Agente de contratação, após manifestação do setor competente ou do setor solicitante da contratação;

11.18. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início, computando-se o dia do vencimento, observado o artigo 183 da Lei nº 14133/21;

11.19. Não havendo expediente ou em virtude de fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão fica automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido anteriormente, desde que o agente de contratação não manifeste decisão em sentido contrário;

11.20. O resultado e demais atos sujeitos à publicação e relativos à presente licitação, serão divulgados no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

11.21. Eventuais ajustes, alterações e rescisões e casos omissos no presente edital obedecerão às disposições contidas na Lei nº 14133/21, demais normas complementares e suas alterações, bem como no Decreto Municipal nº 502/2021, no que couber;

11.22. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - TERMO DE VISTORIA

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA / DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES DOS
LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/21

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

Taquara, 20 de maio de 2025.

SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA
Prefeita Municipal de Taquara

O presente Edital e seus anexos foram vistos e conferidos
pela Procuradoria do Município de Taquara/RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ANEXO I
MINUTA DE CONTRATO

Processo n°:

Interessado:

Assunto:

Modalidade de Licitação:

Regime de Execução:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 97.761.407/0001-73, com sede nesta cidade de Taquara, na Rua Tristão Monteiro, n° 1278, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, **Sra. SIRLEI TERESINHA BERNARDES DA SILVEIRA**, inscrita no RG sob o n° 4021906807, e no CPF sob o n° 383.163.400-97.

CONTRATADA: (qualificação)

Por este instrumento particular, as partes retro mencionadas e qualificadas, têm entre si justo e firmado o presente Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n° ____/2025, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1. O objeto do presente instrumento contratual consiste na prestação de serviços de cozinheiro nas Escolas Municipais, conforme especificações do Termo de Referência, Planilha Orçamentária e demais documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2. As partes vinculam-se ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor.

1.3. Os serviços poderão ocorrer nos locais especificados na tabela abaixo. No entanto, esses locais poderão sofrer alterações ao longo da execução do contrato, de acordo com as necessidades e reorganizações definidas pela administração municipal, visando garantir a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Escola	Endereço	Zona
EMEF 25deJulho	Estr. Taquara p/Sto.Antonio, s/nº, Entrepelado	Rural
EMEF Açouta Cavalo	Estrada Açouta Cavalo, s/nº, Açouta Cavalo	Rural
EMEF Antônio Martins Rangel	Olhos D' água, s/nº, Rio da Ilha	Rural
EMEF Arlindo Martini	Estr. Morro Negro, 552, Fazenda Fialho	Rural
EMEF Caramuru	Estr. Pega Fogo Alto, s/nº, Pega Fogo	Rural
EMEF Dionysio Pires De Mello	CABRIUVA – S/N – Bairro Rio da Ilha CEP: 95614000	Rural
EMEF Dona Leopoldina	Estrada Morro da Pedra, s/nº, Morro da Pedra	Rural
EMEF Emílio Leichtveis	RS 020, Parada115, Fazenda Fialho	Rural
EMEF Julio Maurer	Rua Júlio Kohlrausch, 9270, Padilha	Rural
EMEF Luis Böes	RS 020, Parada123, Santa Cruz da Concórdia	Rural



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

EMEF Menino Jesus	Estr. Morro Alto, s/nº, Morro Alto	Rural
EMEF Rudi Lindenmeyer	Estr. Paredão Baixo, s/nº, Fazenda Fialho	Rural
EMEF Salzano da Cunha	Estr. da Fazenda, s/nº, Boa Vista, Fazenda Fialho	Rural
EMEF Tomé de Souza	Santa Cruz da Concórdia, s/nº, Parada 126	Rural
EMEF Zeferino Vicente Neves Filho	Estr. Zeferino Vicente Neves Filho, s/nº, Pega Fogo	Rural
EMEI Guilhermina Möller - Vovó Mina	Rua Júlio Kolhrausch, s/nº, Padilha	Rural
EMEI Vovó Celita	Estrada da Integração, s/nº, Pega Fogo	Rural
EMEI Vovó Mathilde	Estr. da Fazenda, s/nº, Fazenda Fialho	Rural
EMEI Vovó Neli	Estrada do Moinho, 419, Vila Tereza, Rio da Ilha	Rural
Col. Mun. Theóphilo Sauer	Rua João Bayer, nº 15, Bairro Petrópolis	Urbano
ECIM-Escola Cívico-Militar de Taquara	Rua Cel. Flôres, 2358, Centro, Taquara-RS, Cep 95600-120	Urbano
EMEF 17 de Abril	Rua Santarém, 800, Bairro Mundo Novo	Urbano
EMEF Calisto Eolálio Letti	Rua Carolina Brodbeck, 1440, Bairro Fogão Gaúcho	Urbano
EMEF Dr. Alípio Alfredo Sperb	Rua Cincinato Cardoso, 2850, Bairro Santa Maria	Urbano
EMEF Dr. Lauro Hampe Müller	Rua 19 de Março, 721, Bairro Cruzeiro do Sul	Urbano
EMEF Getúlio Vargas	Rua Adalberto Pereira dos Santos, 2955, Lot. Eldorado	Urbano
EMEF João Martins Nunes	Rua Medianeira, 254, Bairro Medianeira	Urbano
EMEF Nereu Wilhelms	Rua São Francisco de Paula, 334, Bairro Medianeira	Urbano
EMEF Rosa Elsa Mertins	Rua Profª Pascoalina Amoretti Faedrich, 20, Bairro Santa Rosa	Urbano
EMEI Alice Maciel	Rua Espírito Santo, 636, Bairro Santa Teresinha	Urbano

EMEI Harda Liana Müller	Rua Osvaldo Cruz, 225, Bairro Empresa	Urbano
EMEI Leonel de Moura Brizola	Rua Osvaldo Aranha, 1199, Bairro Empresa	Urbano
EMEI Maria Arlete Wallauer Jaeger	Rua Coronel Neves, 2023, Bairro Mundo Novo	Urbano
EMEI Professora Patrícia Cristina Kehl	Rua Aristides Severo, 4950, Bairro Santa Rosa	Urbano
EMEI Professora Rosana Cardoso	Rua Treze de Maio, 256, Bairro Cruzeiro do Sul	Urbano
EMEI Professora Vera Marks Iribarry	Rua Marechal Floriano, 285, Bairro Petrópolis	Urbano
EMEI São João Batista	Rua Rocke Feller, 800, Bairro Empresa	Urbano
EMEI Tia Bete	Rua Luis Carniel, 4545, Bairro Santa Maria	Urbano
EMEI Vovô Benjamin	Rua Reinoldo Jaeger, 2684, Bairro Eldorado	Urbano



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

EMEI Vovó Domênica	Rua Celeste Domingos de Souza, s/nº, Bairro Medianeira	Urbano
Esc.Taquarense de Jovens e Adultos – ESTAJA	Rua Cel. Flôres, 2358, Centro	Urbano
Escola Municipal de Educação Especial Lucas Sauer	Rua José Avelino Osterman, 2475, Jardim do Prado, Taquara	Urbano

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO E APRESENTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL:

2.1. No prazo de **05 (cinco) dias**, contados da homologação da licitação, a licitante vencedora deverá apresentar **garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, cabendo ao adjudicatário optar por uma das modalidades de garantias:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

2.2. A não apresentação de Garantia de Execução de Contrato pressupõe desistência da contratação, sujeitando a licitante à penalidade prevista na legislação vigente e à perda da garantia de manutenção da proposta.

2.3. O valor de Garantia de Execução de Contrato deverá ser passível de execução como compensação, por perdas resultantes do não cumprimento, pela licitante adjudicada, de suas obrigações contratuais.

2.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS / VIGÊNCIA:

3.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

3.2. O prazo supracitado poderá ser prorrogado, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21.

3.3. Em caso de prorrogação do contrato, será aplicado o índice IPCA para reajustamento do preço.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO:

4.1. O valor desta contratação é o seguinte: _____

4.2. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 12º dia do mês subsequente ao da prestação, mediante apresentação do relatório dos serviços executados, devidamente atestado pelo fiscal do serviço.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

- 4.3. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.
- 4.4. Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários do contratado, será considerado o período de 23 do mês anterior a 22 do mês a que se refere a prestação dos serviços.
- 4.5. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:
- 4.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou
 - 4.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 4.6. Mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar:
- 4.6.1. Guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação dos serviços;
 - 4.6.2. Guias de recolhimento de FGTS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;
 - 4.6.3. Cópia dos contracheques dos (as) empregados (as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
 - 4.6.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros, a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;
- 4.7. A apresentação da documentação especificada no item anterior constitui condição prévia e essencial ao pagamento da parcela mensal seguinte, sendo que o descumprimento poderá acarretar na retenção dos valores, rescisão contratual, bem como na aplicação das penalidades administrativas cabíveis.
- 4.8. O pagamento pelos serviços prestados será realizado exclusivamente pelos períodos em que houver efetiva prestação de serviços, ou seja, durante o período letivo. Não será devido pagamento à empresa contratada nos períodos em que não houver aulas, incluindo as férias escolares de julho, o recesso de fim de ano (de dezembro até o retorno das aulas no início do ano letivo) e quaisquer outros períodos de interrupção das atividades escolares.
- 4.9. A empresa contratada deverá assegurar a presença de seus profissionais apenas durante o período em que houver aulas e atividades escolares. Para garantir uma melhor organização no início de cada ano letivo, os cozinheiros deverão retornar ao serviço com uma semana de antecedência ao início das aulas, a fim de preparar a estrutura necessária para o atendimento adequado dos alunos e a organização da cozinha.
- 4.10. O pagamento será efetuado mensalmente, com base no efetivo trabalho realizado, sendo descontado o período de inatividade escolar. A contratante se reserva o direito de



efetuar o pagamento somente pelos dias de prestação de serviços, conforme os registros de frequência e relatório de atividades fornecido pela empresa contratada.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

5.1. O reajuste do valor do contrato se dará pelo índice de inflação IPCA e somente poderá ocorrer após 12 (doze) meses decorridos da data da assinatura do Contrato.

5.2. A repactuação, solicitada pela contratada, será verificada mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I – à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II – ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra;

5.3. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, salvo se, logo após a apresentação da proposta, ocorrer alteração do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo anual.

5.4. O reequilíbrio econômico-financeiro somente poderá ser concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ADEQUAÇÃO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Projeto Atividade: 2090 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Rubricas: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA / 3.3.90.39.79.00.00.00 / SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL

Recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impo

Reduzido: 2025/199 - MUNICÍPIO DE TAQUARA

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Projeto Atividade: 2070 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil Etapa Creche

Rubricas: 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA / 3.3.90.39.79.00.00.00 / SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL

Recurso: 1540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impo

Reduzido: 2025/273 - MUNICÍPIO DE TAQUARA



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO/CONTRATO:

7.1. O serviço de cozinheiro para as escolas e EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) engloba diversas atividades essenciais para garantir a oferta de alimentação escolar adequada, segura e de qualidade. Os serviços deverão englobar, no mínimo, as seguintes atividades:

- 7.1.1. Preparar as refeições diárias conforme o cardápio elaborado por nutricionistas.
- 7.1.2. Higienizar e preparar os alimentos antes do cozimento, garantindo a segurança alimentar.
- 7.1.3. Controlar o tempo e temperatura de preparo, respeitando as normas sanitárias.
- 7.1.4. Zelar pela conservação e armazenamento adequado dos alimentos e ingredientes.
- 7.1.5. Servir as refeições de forma organizada e higiênica, conforme os horários estabelecidos.
- 7.1.6. Realizar a limpeza e organização da cozinha/refeitório e dos utensílios utilizados no preparo das refeições.
- 7.1.7. Controlar o estoque de alimentos e solicitar reposição quando necessário.
- 7.1.8. Cumprir as normas da vigilância sanitária e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- 7.1.9. Utilizar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos.
- 7.1.10. Acompanhar e registrar o consumo diário de alimentos, quando solicitado.
- 7.1.11. Comunicar à direção da escola ou responsável técnico qualquer irregularidade nos alimentos ou equipamentos da cozinha.

7.2. Essas atividades são fundamentais para garantir que os alunos recebam uma alimentação segura, equilibrada e adequada às suas necessidades nutricionais durante o período escolar.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O Gestor geral será um servidor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, indicado no ato da emissão do contrato.

8.2. Os fiscais específicos de cada local de trabalho serão os diretores em exercício de cada Escola onde existirem postos de trabalho.

9. CLÁUSULA NOVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. Fornecer as informações necessárias sobre as unidades escolares onde os serviços serão prestados, incluindo horários e demandas específicas de cada escola ou EMEI.

9.2. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, garantindo que a empresa contratada cumpra com as normas de qualidade e a legislação vigente.

9.3. Realizar o pagamento pelos serviços prestados, conforme as condições acordadas no contrato, dentro dos prazos estabelecidos e com a devida documentação fiscal.



9.4. Supervisionar e orientar os serviços prestados, garantindo que os profissionais da empresa contratada cumpram as normas de higiene, segurança e alimentação escolar, conforme os parâmetros acordados.

9.5. Garantir a comunicação eficaz com a empresa contratada, informando sobre qualquer alteração nas demandas, horários ou necessidades específicas das unidades escolares.

9.6. Disponibilizar os recursos necessários para a fiscalização do cumprimento do contrato, incluindo a verificação de relatórios, documentos e dados relativos ao cumprimento das obrigações pela empresa contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Disponibilizar profissionais qualificados e em número suficiente para atender todas as unidades escolares designadas, conforme estabelecido.

10.2. Assegurar que os profissionais contratados possuam capacitação adequada, incluindo conhecimentos sobre boas práticas de manipulação de alimentos e normas da vigilância sanitária.

10.3. Responsabilizar-se pela contratação, remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais relativas aos seus empregados, conforme a legislação vigente.

10.4. Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes necessários para a execução dos serviços, garantindo condições adequadas de trabalho e higiene.

10.5. Assegurar a substituição imediata de funcionários em casos de faltas, afastamentos ou desligamentos, de modo a não prejudicar a continuidade dos serviços.

10.6. Manter a disciplina e o bom comportamento dos profissionais dentro das unidades escolares, zelando por uma conduta ética e respeitosa.

10.7. Cumprir rigorosamente os horários e escalas de trabalho, conforme definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

10.8. Atender às orientações e supervisões da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte colaborando com fiscalizações e fornecendo informações sempre que solicitado.

10.9. Garantir a qualidade e segurança na prestação dos serviços, seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as normas sanitárias vigentes.

10.10. Fornecer mensalmente à Secretaria Municipal de Educação a relação atualizada dos funcionários lotados em cada unidade escolar, contendo nome completo, CPF, cargo, carga horária, turno de trabalho, data de admissão e demais dados relevantes para o acompanhamento e fiscalização do contrato.

10.11. Manter atualizado durante a execução do contrato, inclusive nas prorrogações, todos os documentos relativos às autorizações/requisitos da prestação do serviço, devendo apresentá-los sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

10.12. Relatar à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada, onde houver prestação do serviço.

10.13. Responsabilizar-se pelas perdas e danos causados à CONTRATANTE ou terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a prover o

ressarcimento dos prejuízos. A apuração será feita em processo próprio, sendo possível a retenção e glosa do valor devido em fatura.

10.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória.

10.15. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente de segurança e saúde do trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS):

11.1. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento gratuito e contínuo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a todos os seus funcionários alocados nas unidades escolares, de acordo com as quantidades especificadas abaixo, obedecendo às normas da legislação vigente.

11.2. A empresa deverá garantir que nenhum funcionário inicie ou continue suas atividades sem estar devidamente equipado com todos os EPIs necessários, sendo de sua inteira responsabilidade realizar a reposição imediata em casos de desgaste, perda ou danos, de modo a assegurar a segurança, higiene e o bom desempenho das atividades.

Item	Uniformes por empregado	Unidade	Quantidade
01	Luva de temperatura	Unidade	01
02	Jaleco Impermeável com manga e botão protegido sem bolso frontal	Unidade	03
03	Avental de napa	Unidade	02
04	Tênis em PVC com solado antiderrapante	Par	02
05	Calça 100% algodão ou antichamas	Unidade	03
06	Touca descartável	PCT de 100 unid.	02

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS:

12.1. Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão assinar diariamente a folha de ponto na unidade escolar em que estiverem lotados, registrando com precisão os horários de entrada e saída. Esse controle é essencial para o acompanhamento da assiduidade e do cumprimento da jornada de trabalho dos funcionários.

12.2. É de responsabilidade da empresa contratada manter o controle atualizado da frequência e pontualidade de todos os seus empregados, devendo, sempre que solicitado pela contratante, apresentar relatórios ou comprovantes de frequência. A empresa também deverá adotar medidas de gestão para prevenir e corrigir eventuais faltas injustificadas, atrasos ou descumprimentos de jornada que possam comprometer a prestação dos serviços.



12.3. O não cumprimento das obrigações relacionadas à frequência poderá resultar em sanções previstas contratualmente, além de eventuais descontos proporcionais nos pagamentos devidos, caso haja prejuízo na execução dos serviços por ausência ou atraso de funcionários.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CARGA HORÁRIA SEMANAL:

13.1. A carga horária dos profissionais designados para a prestação dos serviços será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de acordo com o horário de funcionamento de cada unidade escolar.

13.2. Não haverá necessidade de realização de horas extras, sendo de responsabilidade da empresa contratada planejar e organizar a escala de trabalho dos seus funcionários de modo a atender integralmente a carga horária contratual, sem excedentes ou acréscimos de jornada.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:

14.1. Considerando a capacitação técnica e econômico-financeira avaliadas na habilitação no certame, bem como as condições específicas envolvendo o objeto, fica vedada a subcontratação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO:

15.1. A Administração Pública possui as prerrogativas elencadas no art. 104 da Lei Federal 14.133/21, podendo modificar e extinguir unilateralmente o contrato, fiscalizar a sua execução e aplicar sanções à contratada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

16.1. O presente instrumento contratual poderá ser alterado quando presentes os requisitos do art. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO:

17.1. As hipóteses de extinção do contrato são aquelas elencadas no Art. 137 da Lei Federal 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS:

18.1. As penalidades que poderão ser aplicadas àquele que descumprir as condições do presente Contrato serão aquelas descritas no art. 155 da Lei Federal 14.133/21, transcritas no Edital desta licitação.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NOVA - DO FORO:

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Taquara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REGÊNCIA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

20.1. O presente Contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Taquara/RS, ____ de _____ de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

Anexo II
TERMO DE VISTORIA

Atestamos, para os devidos fins, nos termos Concorrência N° __/2025, Processo Administrativo n° __/2025, que a Empresa _____ visitou os locais onde serão executados os serviços, no dia __/__/2025.

Nesta visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a) _____ tomou ciência das condições atuais do local dos locais e serviços a serem realizados.

Taquara/RS, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

Anexo III

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA / DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS ONDE
SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS**

Edital de Concorrência nº ____/2025

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI/CPF), em atendimento ao edital da licitação em epígrafe, DECLARA que conhece as condições dos locais onde serão executados os serviços e que tem conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração da proposta de preços.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Taquara/RS, em _____ de _____ de 2025.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Dados da Declarante: Razão Social e N° do CNPJ]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA LEI 14.133/21

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa a Rua _____ na cidade _____ por meio do seu representante legal o Sr. _____, inscrito no CPF sob nº _____, vem DECLARAR:

- a) Declaro a inexistência de fato superveniente impeditivo para habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- b) Declaro que cumpro os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (QUANDO FOR O CASO);
- c) Declaro que disponibilizo os equipamentos, instalações e equipe técnica necessária para execução do serviço (QUANDO FOR O CASO);
- d) Declaro que não possuo sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- e) Declaro que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (QUANDO FOR O CASO);
- f) Declaro, sob as penas da lei, para fins legais, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Taquara/RS, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- g) Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está de acordo com as cláusulas do edital, devidamente assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- h) Declaro que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;
- i) Declaro atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21; (em se tratando de ME e EPP)
- j) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, e que responderei pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme artigo 63, I, da Lei nº 14133/21;
- k) Declaro que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, nos termos do artigo 63, § 1º da Lei 14133/21;

l) Declaro que tomei conhecimento do local onde serão exercidos os serviços objeto dessa contratação, e que em seus custos estão inclusas todas as despesas necessárias na execução dos serviços;

m) Declaro de que lhe foi assegurado o direito de vistoria prévia, e conhece as condições do local de execução dos serviços e as peculiaridades do objeto licitado, quando o caso exigir, sob pena de inabilitação, nos termos do artigo 63, § 2º da Lei nº 14133/21.

a. A vistoria acima referida poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante dando conta de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do artigo 63, §3º da Lei nº 14133/21.

Taquara/RS __, de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa licitante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARA
Palácio Municipal Cel. Diniz Martins Rangel

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

LICITAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ/MF:

FONE:

E-MAIL:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias (mínimo)

DADOS BANCÁRIOS:

OBJETO/DESCRIÇÃO:	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$

Taquara/RS __, de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa licitante